

Curso de Formação Continuada

Sociedade da Informação e Governança Digital

Considerando que a FGV foi eleita o terceiro mais importante think tank do mundo e a instituição mais influente na América Latina com a missão de estimular o desenvolvimento socioeconômico nacional.

Considerando o Termo de Cooperação Técnica celebrado entre a Fundação Getúlio Vargas e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados em 14/12/2022;

Considerando a missão da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados na promoção, em âmbito nacional, da formação e do aperfeiçoamento dos magistrados para que a Justiça esteja em sintonia com a demanda social;

Considerando a missão do Centro de Inovação, Administração e Pesquisa no Judiciário da FGV Conhecimento na busca por contribuir para o aperfeiçoamento do sistema de justiça, promovendo o desenvolvimento de pesquisas, estudos, fóruns de discussão e atividades acadêmicas;

Considerando a expertise do Centro de Inovação, Administração e Pesquisa no Judiciário no desenvolvimento de pesquisa na área de inteligência artificial, em especial, dos projetos intitulados “Tecnologia aplicada à gestão dos conflitos no âmbito do Poder Judiciário brasileiro com ênfase em inteligência artificial” e “Marco legal da inteligência artificial”;

Considerando a vasta produção do Centro de Inovação, Administração e Pesquisa no Judiciário na temática da sociedade de informação e governança digital;

Considerando a ambientação de eventos no âmbito do Centro de Inovação, Administração e Pesquisa no Judiciário da FGV Conhecimento para aprofundar e discutir a temática da inteligência artificial, com destaque às mesas-redondas e aos Fóruns de Direito e Tecnologia;

○ **Centro de Inovação, Administração e Pesquisa no Judiciário da FGV Conhecimento** e a **ENFAM** apresentam o **Programa do Curso de Formação Continuada “Sociedade da informação e governança digital”**:

Ementa:

Constitucionalismo digital e Direitos Fundamentais. A Inteligência Artificial na tomada de decisão: o uso de algoritmos no Judiciário brasileiro. Vieses, discriminação e princípios éticos. Regulação da Inteligência Artificial. Cortes online nas experiências brasileira e internacional e Online Dispute Resolution (ODR). Provas colhidas no ambiente digital. Noções gerais de proteção de dados. Regulação brasileira, requisitos e princípios do tratamento de dados no serviço público. Agentes de Tratamento. Liberdade de expressão, redes sociais, combate à desinformação e moderação de conteúdo. Robôs e redes sociais. Economia compartilhada e comércio eletrônico. Decisões dos Tribunais Superiores: Uber, Airbnb e demais plataformas. NFT, Blockchain, bens digitais e metaverso.

Objetivo Geral:

Conhecer temas atuais da sociedade de informação e da governança digital, de forma a possibilitar a adequada análise de conflitos judiciais relativos a novas tecnologias.

Objetivos Específicos:

- i) Conhecer as iniciativas sobre Inteligência Artificial no Judiciário brasileiro.
- ii) Identificar as principais questões sobre a ética e a regulação da Inteligência Artificial no Brasil e no mundo.
- iii) Entender as novas tecnologias relacionadas a NFTs (non-fungible tokens), blockchain, bens digitais e metaverso;
- iv) Analisar os principais aspectos relacionados à propriedade intelectual no ambiente digital, autoria e inteligência artificial.
- v) Entender a experiência brasileira e internacional das Online Dispute Resolution (ODRs) e das Cortes on line.
- vi) Compreender o reconhecimento e validação de provas digitais no âmbito digitais.
- vii) Identificar o que são robôs e os impactos de sua utilização em redes sociais;
- viii) Avaliar as melhores formas de combate à desinformação nas redes sociais.

Justificativa

A Sociedade de Informação é uma era na qual as tecnologias de informação e comunicação impulsionam significativamente o desenvolvimento socioeconômico. Esta sociedade também se baseia em princípios como a inovação, a livre concorrência e a cooperação entre diferentes setores da economia. O seu objetivo é proporcionar um ambiente altamente dinâmico, permitindo que os indivíduos e organizações se envolvam em atividades educacionais, comerciais, de entretenimento e outras, tudo isso aproveitando ao máximo as novas tecnologias.

Nesse contexto, o Constitucionalismo Digital é uma abordagem para a regulação do uso da tecnologia, privilegiando os direitos, as liberdades e os valores reconhecidos pelos direitos humanos, pela sociedade civil e pelo Estado de direito com foco na prevenção da discriminação e da desigualdade, no controle de algoritmos e de dados, no direito à privacidade, no desenvolvimento tecnológico equitativo, no compromisso de todos os atores, públicos e privados, de contribuir para um mundo digital justo e inclusivo.

Para tanto, o estudo de instrumentos de governança digital permitirá aos magistrados compreender o conjunto de práticas e procedimentos que regulam o uso e o acesso aos serviços e dados digitais. Estas ferramentas de governança ajudam a assegurar que os sistemas informáticos, os dados e os conteúdos produzidos na sociedade de informação são seguros, protegidos e usados da maneira correta. A governança digital promove assim a plena participação na sociedade da informação, assegurando que todas as pessoas possam tirar partido destes serviços digitais.

PROGRAMAÇÃO

LOCAL: Fundação Getulio Vargas - Praia de Botafogo, 190

DIA 30.05

3ª FEIRA

SALA 418

8H ÀS 9H CAFÉ DE BOAS-VINDAS

9H ÀS 12H ABERTURA

Ministro Mauro Luiz Campbell Marques

Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Diretor-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

DIREITO DIGITAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Professora Caitlin Mulholland

Doutora em Direito Civil pela UERJ. Professora associada da PUC-Rio.

14 ÀS 17H CORTES ONLINE NAS EXPERIÊNCIAS BRASILEIRA E INTERNACIONAL E ONLINE DISPUTE RESOLUTION (ODR)

Professora Fernanda Bragança

Doutora em Direito pela UFF. Pesquisadora visitante na Université Paris I Panthéon-Sorbonne (2019-2020). Pesquisadora do Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário da FGV Conhecimento.

DIA 31.05

4ª FEIRA

SALA 418

9H ÀS 10H30 ROBÔS E REDES SOCIAIS

Professor Marco Aurélio Ruediger

Doutor em Sociologia e MSc em Policy Analysis and Management. Diretor da Escola de Comunicação, Mídia e Informação da FGV.

10H30 ÀS 12H NFT, BLOCKCHAIN, BENS DIGITAIS E METAVERSO

Professor José Leovigildo Coelho

Doutorando em Tecnologia Aplicada à Medicina Diagnóstica na USP. Líder de Projetos em Tecnologia da FGV Conhecimento. Pesquisador do Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário da FGV Conhecimento.

14 ÀS 17H PROVAS COLHIDAS NO AMBIENTE DIGITAL

Professor Marco Antônio Rodrigues

Pós-doutor em Direito pela Universidade de Coimbra. Doutor em Direito pela UERJ. Professor associado de Direito Processual Civil da UERJ. Procurador do Estado do Rio de Janeiro.

DIA 01.06

5ª FEIRA

SALA 418

9H ÀS 12H LIBERDADE DE EXPRESSÃO, REDES SOCIAIS, COMBATE À DESINFORMAÇÃO E MODERAÇÃO DE CONTEÚDO

Professor Diego Cerqueira

Mestrando em Engenharia de Sistemas e Ciência da Computação (PESC) na UFRJ. Pesquisador no ITS Rio.

14 ÀS 17H NOÇÕES GERAIS DE PROTEÇÃO DE DADOS. REGULAÇÃO BRASILEIRA, REQUISITOS E PRINCÍPIOS DO TRATAMENTO DE DADOS NO SERVIÇO PÚBLICO. AGENTES DE TRATAMENTO

Professora Flávia Maria Zangerolame

Mestre em Direito pela UERJ. Professora assistente na Faculdade de Direito do IBMEC.

DIA 02.06

6ª FEIRA

SALA 537

9H ÀS 12H A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA TOMADA DE DECISÃO: O USO DE ALGORÍTIMOS NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO. VIESES, DISCRIMINAÇÃO E PRINCÍPIOS ÉTICOS. REGULAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Juíza Caroline Tauk

Doutoranda pela USP. Mestre em Direito Público pela UERJ e Visiting Scholar em Columbia Law School. Juíza Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça no CNJ. Coordenadora Acadêmica do Centro de Inovação, Administração e Pesquisa da FGV Conhecimento.

12 ÀS 14H BRUNCH NA SEDE DA FGV CONHECIMENTO

Rua Jornalista Orlando Dantas, 36 - Botafogo

14 ÀS 17H ECONOMIA DIGITAL E CONCORRÊNCIA

Professora Juliana Domingues

Professora do Curso de Direito da USP. Doutora em Direito pela PUC-SP. Visiting Scholar da Georgetown University Law School. Procuradora-Chefe do CADE.

17 H ENCERRAMENTO

Ministro Luis Felipe Salomão

Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Corregedor Nacional do Conselho Nacional de Justiça. Professor da FGV e Coordenador do Centro de Inovação, Administração e Pesquisa da FGV Conhecimento.

FÓRUNS DE DISCUSSÃO NA PLATAFORMA MOODLE

DIA 03.05 A 11.06

PLATAFORMA MOODLE

8H AULA

DESAFIOS DA APLICAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
NO DIREITO

Juíza Caroline Tauk

Doutoranda pela USP. Mestre em Direito Público pela UERJ e Visiting Scholar em Columbia Law School. Juíza Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça no CNJ. Coordenadora Acadêmica do Centro de Inovação, Administração e Pesquisa da FGV Conhecimento

Juíza Daniela Madeira

Doutora em Processo Civil pela Universidad Complutense de Madrid. Juíza Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça no CNJ.

DIA 12.06 A 18.06

PLATAFORMA MOODLE

8H AULA

DESAFIOS ATUAIS DECORRENTES DA LIBERDADE DE
EXPRESSÃO E DA DESINFORMAÇÃO

Juíza Márcia Maria Nunes de Barros

Juíza Federal. Mestre em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, com ênfase em Inovação, Propriedade Intelectual e Desenvolvimento (Instituto de Economia da UFRJ, em parceria com FIOCRUZ).

Juiz Vladimir Vitovski

Pós-doutorando do ProPEd UERJ. Doutor pela Universidade de Coimbra. Juiz Federal.